



CONSELHO ADMINISTRATIVO FUNSERV

Mandato 2020/2024

Exercício 2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REFERÊNCIA OUTUBRO/2020 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA-FUNSERV

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, em caráter excepcional, devido ao Estado de Calamidade decretado no Município de Sorocaba (Decreto nº 25663/20), face à pandemia do COVID-19, reunião do Conselho Administrativo de modo não presencial, através da plataforma denominada Zoom. Em atenção à convocação do Presidente do Conselho, em primeira chamada às 18h00 e em segunda chamada às 18h15, deu-se início à reunião, onde deliberaram sobre o que segue:

SEÇÃO – I: FASE DE EXPEDIENTE (art. 17 da Lei Municipal nº 4169/1993): A) Verificação de quórum: iniciando a reunião, a Sra. Silvana assumiu sua condução, tendo em vista a ausência do Sr. Presidente do Conselho, Sr. Fábio Salun Silva. Como de praxe, na ausência do presidente, a função é delegada ao membro mais velho do Conselho, passando a Sra. Silvana a palavra ao conselheiro Carlos Eduardo que assumiu a presidência “ad hoc”, passando a conduzir a pauta, após abertura oficial, verificação de quórum e saudação. Alguns conselheiros apresentaram dificuldades de conexão, inclusive por estarem a trabalho remotamente ou em locais externos, pelo que, a listagem de presença está flexibilizada neste período de pandemia. Quórum verificado para dar início à reunião e votações. Delegou ao Sr. Edgar as funções de secretário para a presente reunião.

SEÇÃO – II: FASE DA ORDEM DO DIA: (arts. 18 e seguintes da Lei Municipal nº 4169/1993).

ITEM 1 - APROVAÇÃO DO PARECER/ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: Concedida a palavra à Sra. Marise, gestora dos recursos do RPPS, ela informou que, na semana, houve expressiva queda no índice da bolsa de valores durante toda a semana, mas que na data da reunião houve recuperação de 1,27%, assim acredita que a bolsa vai fechar no azul (positivo). Informou que, conforme parecer do Comitê de Investimentos, entendem a necessidade de buscar produtos mais diversificados, como investimentos no exterior e que enviou fundos desta natureza para análise. Informou que trabalhar só com os 5 (cinco) maiores bancos já não é suficiente, dado o volume de recursos de investimentos deste RPPS. Diante das dificuldades, entende que é momento de olhar novas oportunidades de investimento e que, em breve, o Comitê de Investimentos formulará a Política de Investimentos para 2021, inclusive, com um olhar voltado para fundos multimercado, que contemplem ações globais e que prevejam em seus regulamentos o hedge cambial, evitando perdas nas oscilações do câmbio, bem como outros produtos que estão sendo lançados pelas instituições financeiras, citando dois fundos lançados pela Caixa Econômica Federal nesta semana – o CAIXA FI INDEXA SHORT DÓLAR e o CAIXA FIC HEDGE MM LP. Informou a necessidade de diversificar para reduzir riscos e buscar garantias de rentabilidade. Comentou sobre a nova resolução do CMN que permitirá aos institutos de RPPS oferecer empréstimos, o que ajudará a cumprir a meta atuarial, mas frisou que ainda não foi divulgada a nova regulamentação, que provavelmente será publicada ainda neste ano. Falou ainda sobre a importância do casamento entre ativo e passivo (ALM), dando

ao Comitê de Investimentos subsídios para poder aplicar em títulos/fundos, onde terá que abrir mão da liquidez em busca de melhores rentabilidades. Apresentou slides informando que, na distribuição por segmento, os fundos em renda fixa somam R\$ 1.290.252.407,59 e, na renda variável, R\$ 427.344.628,50 e, que em Setembro/2020, devido à crise econômica, restou prejudicada a rentabilidade da carteira e apresentou slides com o resultado das aplicações da área de previdência. Explicou a necessidade de especialização dos conselheiros, inclusive, para compor o Comitê de Investimentos e sobre a necessidade de contratação de uma consultoria de investimentos para auxiliar o Comitê de Investimentos em suas decisões. A Sra. Silvana informou sobre a responsabilidade em gerenciar um patrimônio alto, como é o caso da Funserv. Assim destacou que deve ser feito o possível para garantir à gestão e as ferramentas adequadas para tomada de decisão. Comentou sobre a necessidade de ampliar a quantidade de bancos e demais instituições e de buscar maior rentabilidade da carteira. Destacou que a participação no Comitê de Investimentos é também um aprendizado, visto a importância dos membros se familiarizarem com o tema. Falou da importância da renovação dos membros do Comitê de Investimentos, visto que há membros que já deram sua contribuição por vários anos e seria importante o ingresso de novos membros. O Sr. José Antonio ressaltou que a gestão de investimentos tem um foco maior na previdência, dada a natureza do instituto e da gestão de longo prazo destes recursos. Contudo, destacou a importância da gestão de investimentos dos recursos da assistência à saúde, focados no curto prazo, mais dinâmico e a importância dos membros estarem atualizados sobre o assunto. Destacou seu apelo pelo interesse dos membros do Conselho Administrativo em participar da gestão dos recursos da previdência e saúde, especialmente, em função de eventuais saídas de membros dos Comitês de Investimentos. A Sra. Marise informou que está preparando um curso sobre as possibilidades de investimento dos RPPS, detalhando quais produtos se encaixam em cada artigo da Resolução 3.922/2010, em uma linguagem bem simples, para que todos possam compreender. O Sr. José Antonio destacou ainda que, por recomendação do Auditor, durante análise dos procedimentos para Certificação do Pró-Gestão, os pareceres do Comitê de Investimentos devem ser analisados pelo Conselho Fiscal e, posteriormente, pelo Conselho Administrativo. Assim, nas próximas reuniões, serão analisados nesta sequência. O Sr. Marcos Trindade relatou não ter recebido e-mail contendo os pareceres. A Sra. Ana Paula recomendou que os membros informem também seus e-mails particulares, visto que, às vezes, o e-mail corporativo disponibilizado pela Prefeitura apresenta problemas de recebimento. A Sra. Marise comentou a importância dos membros confirmarem o e-mail. O Sr. José Antonio informou que vai atualizar o cadastro dos membros do Conselho, incluindo, além do e-mail institucional já cadastrado, o e-mail particular daqueles membros que encaminharem tal informação. Posto isto, foi colocada em votação a aprovação do parecer/ata do comitê de investimentos, sendo aprovado por unanimidade.

ITEM 2 - ANÁLISE DAS CONTAS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: Em seguida, o conselheiro Edgar apresentou as informações de receitas e despesas da assistência à saúde, compiladas até o mês de Setembro/2020. Nesta reunião, destacou que os gastos na área de saúde, em Setembro/2020, foram de R\$ 9.236.493,08, ou seja, retornou ao patamar do período pré-pandemia. Destacou que houve o repasse das contribuições dos servidores, bem como patronal e que a Receita Patrimonial, sobre os investimentos, foi negativa (-R\$ 282.617,76). Ressaltou que, no mês, houve um déficit de R\$ 264.503,70, mas no acumulado do ano, há superávit de R\$ 2.952.045,45, em função do superávit mensal de Junho (R\$ 3.264.462,49) e Julho (R\$ 2.956.247,31). Destacou que, ao final do mês de Setembro/2020, o saldo da conta de investimento de recursos da saúde era no importe de R\$ 29.269.959,23 o que, por prudência, é suficiente para garantir o pagamento das despesas de, pelo menos, dois

meses. O Sr. Carlos Eduardo indagou se haverá a contribuição sobre o 13º salário, visto sua importância para o fechamento das contas. O Sr. Edgar confirmou tal informação, inclusive, destacando que na última reunião este assunto foi comentado pela Sra. Silvana, tendo sido abordado na audiência pública ocorrida na Câmara Municipal, oportunidade em que foi informado que haveria recursos suficientes para o 13º salário e, consequentemente, dos recursos da saúde incidentes sobre esta verba.

ITEM 3 – CRONOGRAMA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS: A Sra. Silvana destacou a importância de se estabelecer Comissões/Grupos de Trabalho para tratar das atualizações normativas que afetam o serviço público, destacou o recente decreto da Prefeitura com a composição da Comissão relativa à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Neste sentido, fez a proposta de um cronograma de atividades dos Grupos de Trabalho (GTs) criados na última reunião. Este cronograma deve estabelecer prazos legais, gerenciais e estar atento às prioridades. Citou, como exemplo, o processo de informatização das guias para atendimento na saúde, previsto para médio prazo, mas que teve sua implantação adiantada em função da pandemia. Assim, reforçou a importância de um cronograma integrante de um plano de trabalho. O Sr. José Antonio destacou que o plano de trabalho deve estar atento aos prazos legais. A Sra. Silvana informou que o cronograma será apresentado ao Conselho e destacou que a organização e planejamento das atividades, das ações de melhorias, dos investimentos em capacitação, contribuem para sua efetividade, evitando que a rotina venha a consumir o tempo e as propostas não se concretizem. Comentou que existem projetos de gestão e que, em função da pandemia, foram interrompidos, mas serão retomados. Ressaltou ainda pontos importantes a serem tratados pelo Conselho como a Política de Investimentos e Cronograma de Atividades, contendo fechamento por etapas ou assunto. Informou que o andamento dos GTs será apresentado na próxima reunião e destacou a importância de todo o grupo participar dos desafios relacionados às atividades da Funserv.

ITEM 4 - ASSUNTOS GERAIS: A Sra. Silvana indagou ao Sr. Marcos Trindade, membro do Conselho Fiscal, sobre o regimento interno daquele Conselho, uma vez que fora informada pelo grupo de que estariam com os trabalhos adiantados, eis que teriam se reunido na Funserv para tal fim. O Sr. Marcos Trindade informou que o Conselho Fiscal se reuniu, extraordinariamente, para tratar da minuta do regimento interno, o qual está em fase de conclusão. Informou que está à disposição para colaborar com o conselho administrativo na construção de seu regimento interno. A respeito da possibilidade de empréstimos por parte do instituto de RPPS, conforme citado pela Sra. Marise, ele comentou que, antigamente, houve uma proposta de sua autoria acerca de uma cooperativa de crédito, mas que não foi possível em função de impedimento legal, à época. Destacou que esta é uma fonte interessante de recursos para equilíbrio patrimonial e financeiro. Entende importante a contratação de um economista, para atuar como consultor na área de investimentos e colaborar também neste tema. A Sra. Ana Paula alertou a respeito da possibilidade de recursos previdenciários serem usados para empréstimos, que este não é um assunto tão simples e que necessita de uma análise cautelosa dos riscos, bem como ser muito bem estruturado. Comparou com os bancos que dispõem muitos recursos para adequada análise de crédito de seus clientes, buscando reduzir o risco de inadimplência. O Sr. Edgar destacou que o assunto ainda tramita nos Órgãos reguladores, que os institutos de RPPS têm muita expectativa sobre a regulamentação do tema. No entanto, como ainda não foi publicado o regulamento, não se pode afirmar nada sobre sua viabilidade, seu funcionamento e que é preciso aguardar para, posteriormente, verificar sua conveniência. O Sr. José Antonio afirmou que é preciso ter muito cuidado sobre este assunto, pois não se pode errar, afinal são recursos que garantirão o pagamento de aposentadorias e pensões aos servidores. A Sra. Silvana

destacou também que a proposta de assessoria não é para análise da concessão de empréstimo, mas para a área de investimentos. Por fim, o Sr. Marcos Trindade comentou que, em função dos esclarecimentos, é preciso aguardar a regulamentação do tema pelos órgãos competentes para realização de quaisquer análises de haver ou não interesse para a Funserv.

SEÇÃO III – ENCERRAMENTO: O presidente em exercício, após verificação de não haver mais assuntos a serem tratados, deu encaminhamento ao encerramento da reunião. Não havendo nada mais a tratar, encerraram-se os trabalhos às 19h00 (dezenove horas), e para constar eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, secretário designado, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e posteriormente publicada junto ao site da Funserv, ficando a próxima reunião ordinária a ser marcada de acordo com o interesse público e disponibilidade dos conselheiros.

Sorocaba, 29 de outubro de 2020.

Edgar Aparecido Ferreira da Silva
Secretário Designado

PRESENTES NA REUNIÃO:

Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto	Presidente da FUNSERV
Pedro de Oliveira Rosa	Membro Titular
Marilda Aparecida Correa	Membro Titular
Wanderlene Aparecida Lopes Mariano	Membro Titular
Carlos Eduardo Barbosa João	Membro Titular
Marise de Souza Simão	Membro Titular – Gestora RPPS
José Antonio de Oliveira Júnior	Licenciado – Diretor Adm. e Financeiro
Alexandre Junger de Freitas	Membro Titular
Ana Paula Favero Sakano	Membro Titular
Edgar Aparecido Ferreira da Silva	Membro Titular – Controlador Interno
Maria Angélica Martins Alves Porto	Membro Titular
Anésia de Moraes Rosa	Membro Titular
Juliana Aparecida Ribeiro	Membro Titular
Ronaldo Camilo Rosa Fontes	Membro Titular
Setembrino Ferraz Júnior	Membro Titular
Gêmima Maria Pires	Membro Suplente
Perla Reje Gutierrez Almenara	Membro Suplente
José Marcos Trindade	Membro Conselho Fiscal